

ENTREVISTA COM JOÃO SILVESTRE SILVA-JUNIOR AFASTAMENTO, RETORNO AO TRABALHO E APOSENTADORIA NO BRASIL

INTERVIEW WITH JOÃO SILVESTRE SILVA-JUNIOR SICKNESS ABSENCE, RETURN TO WORK AND RETIREMENT IN BRAZIL

ENTREVISTADORA

Alessandra Gisloti : Graduanda em Psicologia junto à Faculdade de Ciências e Letras — UNESP — Campus de Assis/SP. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (pedido nº 41701). Estagiária da Ênfase Subjetividade, Trabalho e Administração Social.

ENTREVISTADO

João Silvestre Silva-Junior: Doutor e Mestre em Saúde Pública. Graduado em Medicina, com Título de Especialista em Medicina do Trabalho. Perito Médico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Especialista em Direito Previdenciário. Professor do Curso de Especialização em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Diretor de Relações Internacionais da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT).

Resumo: Nesta entrevista, João Silvestre Silva-Junior, médico do trabalho, perito médico previdenciário e Diretor de Relações Internacionais da ANAMT, emitiu sua opinião e considerações sobre temas relevantes no campo da saúde do trabalhador como adoecimento mental dos trabalhadores, indicadores de afastamento, retorno ao trabalho e aposentadoria. Destacou que, no Brasil, o índice de afastamento por transtornos mentais tem se mantido como terceira principal causa de concessão de benefício

GISLOTI,A; SILVA-JÚNIOR, J. S.;. *Entrevista com João Silvestre Silva-Junior - Afastamento, retorno ao trabalho e aposentadoria no Brasil*. R. Laborativa, v. 6, n.2., p. 110-114, out./2017. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>.

previdenciário por incapacidade entre os trabalhadores com vínculo formal de trabalho. Também descreve dados de pesquisa sobre os fatores associados ao afastamento de longa duração por transtornos mentais. E opinou sobre o papel do médico perito e as principais estratégias para a eficácia do retorno dos trabalhadores ao trabalho.

Palavras chave: Saúde do Trabalhador; Retorno ao Trabalho; Previdência Social; Incapacidade Laborativa.

Abstract: In this interview, João Silvestre Silva-Junior, occupational physician, social security medical-expert and director of International Relations of ANAMT, gave his opinion and considerations about relevant themes in the field of occupational health, like workers' mental illness, indicators of sickness absence, return to work and retirement. Emphasized that mental disorders are the third leading cause of social security benefit due to sickness among formal workers in Brazil. He described results from his research on long term sickness absence due to mental disorders and associated factor. Also, he talked about the role of the medical expert in social security evaluation and the mainly strategies for a successful return of workers to work.

Keywords: Occupational Health; Occupational Rehabilitation; Social Security; Sickness.

Resumen: En esta entrevista, João Silvestre Silva-Junior, médico del trabajo, perito de la seguridad social y director de Relaciones Internacionales de ANAMT, opinó y hizo consideraciones sobre temas relevantes en el ámbito de la salud pública, como la enfermedad mental de los trabajadores, indicadores de ausencia por enfermedad, retorno al trabajo y jubilación. Enfatizó que las enfermedades mentales son la tercera causa de concesión de beneficio de seguridad social por incapacidad entre los trabajadores con vínculo formal de trabajo en Brasil. También describió los resultados de una de sus investigaciones acerca de los factores asociados a las ausencias al trabajo por enfermedades mentales. Ha dado su opinión sobre el papel del perito de la seguridad social y las principales estrategias para la eficacia del retorno de los trabajadores al trabajo.

Palabras clave: Salud del Trabajador; Retorno al Trabajo; Seguridad Social; Incapacidad Laborativa.

ENTREVISTA

Gislotti, A.: Qual a situação atual dos indicadores de afastamento do trabalho por transtornos mentais no Brasil?

Silva-Júnior, J. S.: Os dados publicados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda no 1º Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade (2017) demonstram que entre 2012-2016 os transtornos mentais se mantiveram como a terceira principal causa de concessão de benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença) e permanente (aposentadoria por invalidez) entre os trabalhadores com vínculo formal de trabalho. Foram quase 9% de todas as concessões no período, alcançando 668.927 benefícios, que geraram cerca de 8 bilhões de reais em gastos para o sistema previdenciário. Em relação às características dos beneficiários, as mulheres receberam uma maior quantidade de benefícios, mas a duração e o valor médio do benefício foram maiores entre os homens.

Gislotti, A.: A sua pesquisa para Dissertação de Mestrado, apresentada em 2012, discutia os fatores associados ao afastamento do trabalho por transtornos mentais entre trabalhadores segurados pela Previdência Social. Quais os resultados deste estudo?

Silva-Júnior, J. S.: O delineamento da pesquisa foi um caso-controle, cujos casos eram trabalhadores requerentes de benefício auxílio-doença por adoecimento mental incapacitante e os controles eram adoecimentos de outras naturezas. Pudemos observar que havia um aumento da chance de afastamento por transtornos mentais entre pessoas com alguma das seguintes características: sexo feminino, trabalhadores que relatavam a cor da pele como branca, pessoas mais escolarizadas, consumidores de alta quantidade de álcool, tabagistas em grande quantidade, quem tinha duas ou mais morbidades associadas, aqueles que já tinham sofrido episódio de violência no trabalho, os que relatavam um ambiente psicossocial desfavorável no trabalho.

Gislotti, A.: Quais as limitações que podem ter influenciado as estatísticas do seu estudo sobre incapacidade laborativa e transtornos mentais?

Silva-Júnior, J. S.: A pesquisa foi realizada apenas na cidade de São Paulo, o que limita a generalização dos resultados para outras populações. Tivemos como fator positivo que os diagnósticos eram realizados pelos médicos dos pacientes e confirmados pela perícia médica do INSS. Além disso, utilizamos questionários validados internacionalmente e adaptados para a realidade brasileira. Foram realizadas análises estatísticas com ajustamento por diversas variáveis que poderiam influenciar o objeto de estudo, mas não foi possível estudar questões clínicas ou da história familiar dos casos.

Gislotti, A.: Qual a associação entre a incapacidade para o trabalho por doença e os fatores psicossociais no trabalho?

Silva-Júnior, J. S.: Diversos estudos conduzidos e publicados nos últimos anos demonstraram que há uma relação entre a degeneração da saúde dos trabalhadores quando estão expostos a um ambiente psicossocial tóxico no trabalho. Os estressores psicossociais estão associados a agravos cardiovasculares, distúrbios osteomusculares, transtornos mentais, entre outras doenças decorrentes do estresse ocupacional crônico. Tais quadros levam a impactos negativos na capacidade laborativa, com consequente absenteísmo por doença, por sobrecarga física, psíquica e cognitiva.

Gisloti, A.: Comente sobre o trabalho médico pericial na avaliação dos transtornos mentais e comportamentais entre os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Silva-Júnior, J. S.: Os transtornos mentais e comportamentais têm se mantido como a terceira principal causa de concessões de benefícios previdenciários no Brasil, nos últimos anos. Portanto, há um grande volume de atendimento pericial para tais quadros. Os peritos médicos previdenciários contam com orientações oficiais, como as Diretrizes de Apoio à Decisão Médico-Pericial no campo da Psiquiatria. Tais documentos auxiliam na tomada de decisões sobre a análise do grau, duração e impacto profissional do quadro clínico incapacitante, além de indicar parâmetros de prazo estimado para recuperação e critérios para reabilitação profissional.

Gisloti, A.: E sobre o retorno ao trabalho, como as expectativas do trabalhador podem influenciar o processo?

Silva-Júnior, J. S.: Pensar sobre o retorno ao trabalho é fundamental quando existem casos de afastamento por doença. Portanto, é necessário acompanhar a recuperação do trabalhador e planejar o seu processo de reintegração laboral. Uma dimensão psicológica que tem sido estudada na última década é a autoeficácia para o retorno ao trabalho. Esta dimensão psicológica seria a expectativa que o trabalhador tem de realizar satisfatoriamente suas tarefas habituais de trabalho após um episódio de afastamento. Pesquisadores indicam que o estudo da autoeficácia pode predizer o tempo entre o afastamento e o retorno, assim como a efetividade da volta ao trabalho. Recentemente trabalhei com um grupo que realizou a adaptação transcultural para o português falado no Brasil de um instrumento holandês denominado "Expectativas sobre o trabalho". Este questionário visa mensurar a autoeficácia para o retorno ao trabalho após afastamento por transtornos mentais.

Gisloti, A.: Que estratégias são importantes para a eficácia dos processos de reabilitação profissional e retorno ao trabalho?

Silva-Júnior, J. S.: A reabilitação profissional é uma das estratégias para a reintegração laboral de trabalhadores que estejam incapazes para o desempenho das suas tarefas habituais. No caso da reabilitação oferecida pelo Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS), ela decorre de uma tentativa de intermediar a volta ativa e a manutenção do trabalhador no mercado de trabalho. Acredito que este processo deve ser desenvolvido de maneira intersetorial e transdisciplinar a fim de que todas as nuances, principalmente de dificuldades, sejam contempladas, discutidas, planejadas e superadas. Quando este processo é bem conduzido, observamos ganhos para o sistema previdenciário, para os trabalhadores, para os empresários e para a sociedade como um todo.

Gislotti, A.: Qual sua concepção sobre a alta programada previdenciária e a repercussão social de gestão de benefício auxílio-doença?

Silva-Júnior, J. S.: Este tema foi objeto de estudo para conclusão da minha Especialização em Direito Previdenciário. Publicamos no volume 3, número 1 da Revista Laborativa (<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1026/pdf>) o artigo "ALTA PROGRAMADA PREVIDENCIÁRIA: REPERCUSSÃO SOCIAL DE GESTÃO DE BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA", que apresentava resultados objetivos do mecanismo. Concluímos que houve uma repercussão positiva na gestão do sistema previdenciário, sem trazer prejuízos aos segurados em manutenção de benefício.

Entrevista apresentada em: 20/09/2017

Aprovada em: 22/09/2017

Versão final apresentada em: 23/09/2017